

**Autoavaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo/CEFOP
Plataforma Sucupira – Capes**

Histórico e Contextualização do Programa

DESTAQUES EM 2017

O Programa de Pós-Graduação do Cefor iniciou o quadriênio 2017-2020 realizando uma série de atividades internas e de intercâmbio institucional com vistas a aprimorar suas práticas. O incentivo à proposição de projetos de pesquisa mais aderentes às Linhas de Pesquisa do Mestrado Profissional, a ampliação da participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais relacionados ao Poder Legislativo e a revisão das normas que regulam o funcionamento do Programa estiveram no foco das ações em 2017.

Para melhor orientar a elaboração dos pré-projetos de pesquisa, visando à qualidade e à aplicabilidade dos projetos dos discentes que ingressarão no segundo semestre de 2018, a Coordenação do Programa antecipou em 4 meses a publicação do edital de seleção de alunos, para outubro de 2017, e detalhou o rol das temáticas estudadas nas respectivas linhas de pesquisa. Buscou-se, assim, aperfeiçoar os temas tratados desde a seleção inicial, prevendo um acompanhamento mais próximo e afinado com os orientadores.

Além disso, foi elaborada minuta de Portaria com a regulamentação das novas regras para a composição de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs). O objetivo é direcionar as temáticas de estudo dos GPEs para as linhas de pesquisa do Mestrado, de forma a incentivar a participação dos discentes nos grupos e a consolidar os respectivos GPEs para futura inserção no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

No que tange ao corpo docente, a Coordenação do Programa realizou, nos meses de junho a setembro, o primeiro processo seletivo para admissão de professores colaboradores. Participaram quatro candidatos, sendo três selecionados e incorporados ao corpo de docentes, no mês de novembro, nas linhas “Gestão Pública no Poder Legislativo” e “Processos Políticos do Poder Legislativo”.

Também foi aprovado em Colegiado o Regulamento para credenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2017-2020 (disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/cursos/posgraduacao>). A avaliação leva em consideração as necessidades do Programa e também as orientações da Capes.

Com vistas a facilitar o acompanhamento da produção intelectual de docentes, discentes e egressos, foi iniciada prática de geração de extratos a partir do Currículo Lattes para a aferição de pontuação, segundo os critérios da Capes, identificação de pontos de ajuste e orientação direcionada, com o objetivo de incentivar o registro apropriado dos trabalhos acadêmicos e técnicos realizados. O programa computacional utilizado para a geração dos extratos foi concebido e desenvolvido pelo Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente do Mestrado e Diretor da Coordenação de Pós-Graduação. Ainda com o mesmo objetivo, foi ministrada Oficina de Preenchimento do Currículo Lattes para docentes. Na sequência, e já integradas ao calendário anual de atividades do Mestrado, também serão realizadas oficinas para discentes e egressos.

HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) foi instituído pelo Ato da Mesa 69, de 1997, como um espaço para treinamento, na área de recursos humanos, em molde adequado a servir de suporte básico à consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

O Centro foi criado com amplas competências que o permitem atuar tanto na oferta de cursos de formação previstos no plano de carreira, até a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação. Atualmente, o Centro promove cursos, conferências e outras atividades, presenciais e a distância, não só para os cerca de 15 mil servidores da Câmara dos Deputados, como também para um público diversificado, incluindo agentes políticos, servidores de outras instituições, alunos de instituições de ensino superior, entre outros.

Em 1998, a ampliação das suas atividades e o crescimento de seu público, assim como uma demanda crescente por formação superior, levou o Cefor a firmar convênio com a Universidade de Brasília (UnB) para realizar cursos de pós-graduação lato sensu. Foram realizados dois cursos, um de Especialização em Desenvolvimento Gerencial, com quatro turmas sucessivas, e um de Especialização em Gestão Legislativa, com duas turmas, atendendo ao todo 182 alunos.

Em 2003, com o amadurecimento das atividades de pós-graduação e o aumento de demanda de cursos desse tipo – que já incluíam, além dos cursos da Universidade de Brasília, um curso de Especialização em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, o Cefor iniciou estudos para a criação de um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de centralizar os cursos de especialização, assim como configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento que é produzido na Câmara dos Deputados. O processo foi concluído em 2004 e enviado ao Ministério da Educação (MEC) e, em janeiro de 2005, o Programa de Pós-Graduação do Cefor foi credenciado pela Portaria 51 do MEC.

A partir do seu credenciamento especial, o programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). A criação dos cursos foi seguida pela ampliação das instalações físicas do Cefor, em 2007: o Centro ganhou um espaço amplo e preparado para as demandas advindas do processo de modernização provocado pelo planejamento estratégico das áreas da Câmara dos Deputados.

Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu seus Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), que possuem como diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e, ainda, enriquecer as atividades de apoio e assessoramento parlamentar e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

De 2005 a 2017, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos de pós-graduação lato sensu e, atualmente, tem como lista de oferta oito cursos próprios: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Especialização em Política e Representação Parlamentar, Especialização em Legislativo e Políticas Públicas, Especialização em Gestão Pública Legislativa, Especialização em Parlamento e Direito, Especialização em Comunicação Política no Legislativo, MBA em Governança Legislativa. Também são ofertados, desde a criação do Programa, cursos organizados com outros órgãos da Administração Pública Federal: Especialização em Orçamento Público, em parceria com Senado e TCU, nos anos de 2006, 2007 e 2011; Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, em parceria com Senado e TCU, em 2009; e Política e Representação Parlamentar, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos anos de 2009 e 2011; Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com Senado, TCU e com o Instituto Latino- Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), iniciado em abril de 2018; Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com Senado e TCU, a ser iniciado em agosto de 2018.

Os cursos atendem servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, assessores parlamentares de livre nomeação e demais interessados (externos à Câmara dos Deputados) selecionados em processo público. O corpo docente desses cursos é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas relacionados aos vários cursos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor revela a diversidade de assuntos a serem tratados quando se considera a perspectiva dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino. Nesses treze anos de funcionamento, o Programa de Pós-Graduação do Cefor em sua modalidade lato sensu (cursos próprios e em parceria) recebeu 713 alunos.

Em 2016, o Cefor recebeu visita da comissão avaliadora do MEC e, em 2017, o Centro foi reconhecido, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Numa primeira tentativa de expandir o Programa de Pós-Graduação do Cefor para além dos cursos de especialização, ao final de 2006 o Cefor estabeleceu parceria com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para a oferta de cursos de Mestrado Interinstitucional em Ciência Política (Minter), para vinte alunos, e Doutorado Interinstitucional (Dinter), para dez alunos, todos já diplomados.

Nesse caminho, em outubro de 2011 a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, da Câmara dos Deputados. Suas aulas tiveram início no primeiro semestre de 2013, tendo formado 42 mestres até o final de 2017. Ainda em 2017, o Programa de Mestrado recebeu nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, referente ao período 2013-2016.

O corpo docente do Mestrado é constituído por servidores públicos concursados da Câmara dos Deputados, com formação em áreas tradicionalmente ligadas aos estudos legislativos, como Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração Pública, entre outras, aliada à larga experiência profissional no Parlamento, o que propicia um contexto diferenciado de disseminação de saberes e práticas no âmbito acadêmico.

Em 2014, nova parceria interinstitucional, agora com o Iesp/Uerj, abriu vagas para 15 doutorandos em Ciência Política, os quais defenderão suas teses até julho de 2018.

Objetivos

Objetivos (geral e específicos)

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo tem como principal objetivo a formação e qualificação de pessoas, com vistas ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo. Nesse sentido, o Curso propicia um espaço de reflexão integrado e interdisciplinar sobre o Poder Legislativo.

Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

- 1) Instituir locus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinar, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia;
- 2) Formar quadros altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional e institucional;
- 3) Aprimorar a atuação do Poder legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros cidadãos que atuam junto ao Parlamento;
- 4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre os pressupostos teóricos e metodológicos educacionais com as características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

Perfil do Egresso

A partir do conhecimento adquirido no curso, consolidado em projeto de pesquisa específico, o egresso torna-se apto a intervir efetivamente no seu fazer cotidiano, bem como em processos mais abrangentes inerentes às casas legislativas. Por se tratar de mestrado profissional, espera-se que o egresso tenha um diálogo estreito com as realidades e vivências cotidianas do Poder Legislativo, de modo que possa contribuir para seu aperfeiçoamento, na perspectiva de uma reflexão integradora de diversos olhares sobre o Parlamento.

Proposta Curricular

Estrutura Curricular

Os 30 créditos para integralização do curso são distribuídos em três grupos de atividades. O primeiro é constituído pelas disciplinas, que respondem por 14 créditos.

O segundo, por 6 créditos concedidos a Atividades Complementares. O terceiro, pela dissertação de mestrado ou trabalho de conclusão de curso (TCC) cuja elaboração corresponde a 10 créditos.

As disciplinas, todas com carga horária de 30 horas-aula (2 créditos), são divididas em obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias são três:

- a) Seminário em Poder Legislativo;
- b) Seminário de Pesquisa; e
- c) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso.

As duas primeiras respondem pela preparação, em momentos distintos do curso, para a produção do TCC. Espera-se, assim, que, ao final do Seminário de Pesquisa, o aluno apresente seu projeto de trabalho conclusão de curso e, ao final do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, esteja pronto para a qualificação do seu TCC. Já o Seminário em Poder Legislativo é uma disciplina de integração e fundamentação da área de concentração do curso, estabelecendo convergência e diálogo entre as três linhas de pesquisa.

As disciplinas optativas são constituídas, por um lado, pela necessidade do diálogo entre os projetos de pesquisa e as linhas de pesquisa do curso e, por outro, pela inter-relação entre as linhas de pesquisa: no primeiro caso, o objetivo é oferecer ao discente uma visão contextualizada de aspectos das áreas de conhecimento do curso; no segundo, busca-se a interlocução entre as linhas de pesquisa, construindo a unidade do campo de conhecimento definido na área de concentração. Tal percurso permite que o aluno participe individual e coletivamente da construção do campo do saber do Legislativo.

As Atividades Complementares, realizadas sob a supervisão do orientador, têm por objetivo ampliar e fortalecer o processo formativo do aluno, aproximando-o da realidade social e profissional. São classificadas em duas categorias: a primeira é constituída por atividades acadêmicas, as quais devem ser efetivadas por meio de participação em eventos acadêmicos e científicos, projeto de pesquisa e projeto cultural ou artístico; a segunda é constituída por atividades supervisionadas, que proporcionam ao discente a oportunidade de atuar em programas específicos ou em atividades de rotina do Legislativo.

A dissertação de mestrado ou TCC compreende, afora a elaboração e defesa do trabalho, duas atividades preparatórias: a qualificação e a defesa do projeto. Essas duas atividades são antecedidas pelos seminários preparatórios mencionados.

Experiências inovadoras de formação

As Atividades Complementares, que contemplam uma série de atividades extraclasse, inovam ao abrir espaço para a participação efetiva do aluno na essência do Processo Legislativo, tendo em vista a possibilidade de observação e registro de sessões plenárias e reuniões de comissões técnicas que tratem de temas relevantes à pesquisa.

Considerando, também, o conceito de inovação como a adoção de novas práticas no âmbito organizacional que geram resultado positivo em relação aos objetivos pretendidos, no ano de 2017 foi efetivada a vinculação dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), originalmente constituídos para tratar de temáticas gerais, às linhas de pesquisa do Programa de Mestrado.

Ensino a Distância

Os professores e os alunos contam com o apoio do Núcleo de Educação a Distância do Cefor, que possibilita o uso da plataforma Moodle, como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como repositório de materiais e conteúdos, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos, por meio de fóruns, chats, wikis, etc.

Infraestrutura

Laboratórios

Há três laboratórios de informática, duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos.

Os laboratórios de informática estão disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, podendo ser utilizados aos sábados e domingos, quando necessário.

Recursos de Informática

Os laboratórios de informática são igualmente equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para o docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado.

O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Na área de circulação há, ainda, um computador com acesso à Internet, disponível para consultas rápidas de alunos, professores, servidores e visitantes.

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo integra o Centro de Documentação e Informação e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa.

Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciências Sociais e ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT etc, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

Outras Informações

O Cefor possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência.

São nove salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar condicionado e apontador automático de lápis. Em duas das salas, está disponível a lousa interativa (equipamento Smart Board).

A Coordenação de Pós-Graduação, com 12 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, oito microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras Lexmark Laser T640, sendo uma com impressão colorida e outra com recursos de digitalização de documentos.

Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 litros/hora.

Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para almoço e lanches.

Além disso, o Cefor tem um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos, salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc.

O prédio conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como oficinas, socialização e integração.

Integração com a Graduação

Indicadores de integração com a graduação

O Cefor coordena os programas Estágio Participação, Estágio-Visita e Estágio Cidadão com vistas à integração com universitários de todo o Brasil. O objetivo é estimular a participação democrática e cidadã dos estudantes e proporcionar uma oportunidade para se acompanhar de forma interativa a atividade da Câmara dos Deputados. Os programas permitem o engajamento dos jovens brasileiros nos assuntos em pauta no Parlamento, propondo uma dinâmica de aprendizado fundada no protagonismo dos estudantes e na busca ativa do conhecimento, baseando-se no acompanhamento dos debates, das votações e decisões e nas matérias em andamento nas comissões, audiências públicas e no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados. Também são realizadas simulações de situações cotidianas do Processo Legislativo,

de forma a instigar os participantes a discutirem problemas reais e apresentarem sugestões de projetos de lei.

Proposta da Coordenação de Pós-Graduação encontra-se em tramitação no sentido de serem estabelecidos convênios e parcerias com Instituições de Ensino Superior do DF, de modo que se crie um Programa de Iniciação Científica com alunos dessas instituições. O objetivo consiste em aproximar alunos de graduação das atividades de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado.

Estágio de docência

O Ato da Mesa n. 206, de 08/11/2017, que institui e regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Câmara dos Deputados, abriu a possibilidade para que servidores, ex-servidores e membros da sociedade prestem, voluntariamente, serviços nas áreas de educação, cultura, saúde, segurança ou desporto. Acredita-se que esse seja um primeiro caminho para se estabelecer o Estágio de Docência no Programa de Mestrado.

Integração com a Sociedade/Mercado de Trabalho (Mestrado Profissional)

Indicadores de integração

O Cefor/Câmara dos Deputados mantém convênios e parcerias com diversas instituições, organizações do terceiro setor e órgãos da administração pública, que qualificam suas atividades. No âmbito dos órgãos da administração pública, o Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne 21 escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen), etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos, etc.

O Cefor/Câmara dos Deputados celebrou convênios com organizações do terceiro setor, como Abralatas, Anamatra, Confederação Nacional do Comércio, Diap. Essas parcerias têm permitido a recepção de estudantes dessas organizações, bem como a discussão de temas comuns em projetos de pesquisa. E há parcerias com instituições de ensino superior em grupos de pesquisa, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas e o IESP-UERJ. Por fim, vale destacar acordo celebrado com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, que estabelece cooperação educacional e técnico-científica entre os partícipes.

Estágios profissionais

Não há previsão de estágio profissional dos alunos do Mestrado na medida em que o Congresso Nacional é o lócus de oportunidades para o aprendizado das práticas e aplicação das teorias discutidas no decorrer do curso.

Importante destacar que o corpo discente do curso, em sua maioria, é composto de pessoal oriundo das casas legislativas e de instituições afins, com acesso facilitado às atividades finalísticas do Parlamento.

Intercâmbios

Intercâmbios Nacionais

Com vistas a intensificar a parceria e a integração com programas de Ciência Política e Relações Internacionais de outras instituições de ensino, foram realizadas visitas técnicas à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e à Universidade de Brasília (UnB).

Em visita ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, em novembro de 2017, o Coordenador do Programa de Mestrado do Cefor apresentou o sistema computacional desenvolvido para a emissão de extratos de produção acadêmico-científica, efetuando, também, a transferência de tecnologia para uso do programa por aquele Instituto. Nessa mesma linha, as instruções de acesso e utilização do referido sistema foram compartilhadas, por e-mail, com os coordenadores de pós-graduação de curso de Ciência Política e Relações Internacionais (<https://github.com/Cefor/extratolattes>).

Durante visita à UFMG, em novembro de 2017, foi acordada parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFMG (PPGCP) para intercâmbio de professores, pós-doutorado, publicação conjunta de livros e artigos, bem como a participação em grupos de pesquisa. Pode-se destacar, como resultado efetivo, aula da Profa. Geralda Luíza de Miranda na disciplina Políticas Públicas e Agenda Legislativa, realizada em fevereiro de 2018.

Em passado recente, por meio de parceria entre Cefor e UnB, foi criada a Rede de Altos Estudos sobre Estado e Instituições – RAESTI (<http://www.giei.ndsr.org/>), que realizou encontro acadêmico em março de 2016.

O Instituto de Ciência Política da UnB é um parceiro habitual e tratativas vêm sendo mantidas entre os cursos com vistas à possibilitar intercâmbio acadêmico. Até o momento as principais atividades incluem a participação mútua em bancas de mestrado e doutorado, bem como a oferta de vagas como aluno especial nas disciplinas do Mestrado do Cefor.

Intercâmbios Internacionais

O Cefor/Câmara dos Deputados tem realizado ações de intercâmbio com instituições internacionais.

Parceria estabelecida com a University of Hull, do Reino Unido, por meio da Profa. Cristina Leston-Bandeira, viabilizou a realização de um projeto comum de pesquisa sobre Visibilidade e Comunicação do Parlamento. No ano de 2016, foram publicados artigos de docentes do Programa no periódico *The Journal of Legislative Studies*. Novos esforços culminaram na publicação do volume impresso desses trabalhos, em 2017.

Ainda em 2017, parceria entre a Embaixada do Reino Unido, a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados e o Cefor rendeu eventos acadêmicos com a presença de docentes

de universidades e instituições daquele país, como o Prof. Robert D. Atkinson (Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação - ITIF), o Prof. Octavio Luiz Ferraz e o Prof. Leif Wenar (King's College of London).

O Cefor/Câmara dos Deputados também faz parte de um grupo significativo, a Associação de Paramentos de Língua Portuguesa, cujos membros têm reuniões sistemáticas. Há a previsão de estreitamento da parceria com esses países.

Solidariedade, Nucleação e Visibilidade

Indicadores de Solidariedade e Nucleação

Ressalta-se, mais uma vez, o compartilhamento, em repositório público (<https://github.com/Cefor/extratolattes>), de sistema computacional desenvolvido por este Programa para a emissão de extratos de produção acadêmico-científica, com vistas a facilitar o acompanhamento da produção intelectual de docentes, discentes e egressos. O programa efetua, a partir do Currículo Lattes, a aferição de pontuação, segundo os critérios da Capes, e auxilia a identificação de pontos de ajuste e orientação direcionada, com o objetivo de incentivar o registro apropriado dos trabalhos acadêmicos e técnicos realizados.

O Programa considera positiva a experiência de qualificação de docentes por meio de MINTER e DINTER, uma vez que vários de seus docentes formaram-se por meio de Doutorado Interinstitucional realizado no passado com o apoio do Luperj (2006-2009). Devido a isso, nova iniciativa, com 15 vagas para o doutorado, iniciou em 2014 em parceria com o IESP-UERJ e espera-se a titulação de 15 novos doutores ainda no ano de 2018.

Docentes do programa têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, notoriamente a Universidade de Brasília, bem como têm sido convidados docentes de outras Instituições para as bancas de qualificação já realizadas.

Acompanhamento de Egressos

O curso formou, até 2017, 42 egressos. Desde 2015, com a titulação dos primeiros mestres, o Programa de Pós-Graduação tem estimulado a participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão (evento anual), participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

Em 2017, com vistas a facilitar o acompanhamento da produção intelectual, a prática de geração de extratos a partir do Currículo Lattes foi estendida aos egressos, com o objetivo de incentivar o registro apropriado dos trabalhos acadêmicos e técnicos realizados. Dessa forma, a Coordenação do Programa passou a ter um canal efetivo de comunicação com os ex-alunos, mantendo ativo o relacionamento desses com o Programa.

O Programa tem know-how de acompanhamento de egressos dos seus cursos de especialização, mantendo a prática regular de promover avaliações de impacto e acompanhamento dos egressos. São realizados, habitualmente, grupos focais de avaliação com egressos, dois anos após a conclusão de seus cursos, bem como realizada avaliação de impacto dos cursos. Pretende-se aplicar esta metodologia de acompanhamento aos alunos do Mestrado.

Visibilidade

O Cefor apresenta característica singular: é uma escola de governo, inserida no próprio Parlamento, cujo Programa de Pós-Graduação oferece um Mestrado Profissional em Poder Legislativo – o único no Brasil com essa temática. Assim, o Cefor vem se consolidando como centro de referência de estudos sobre o Poder Legislativo e já é ponto de convergência para pesquisadores, funcionários das casas legislativas (Câmara, Senado e assembleias) e de outros órgãos públicos, entidades representativas do setor privado e a imprensa.

Quanto à visibilidade acadêmica, em sentido estrito, a formação de mestres e o amadurecimento das atividades de pesquisa no âmbito do Programa permitem maior inserção de alunos e egressos em eventos, publicações, parcerias e cursos de doutorado. Além disso, o número de publicações e de participação em bancas de outros programas tem crescido, o que se mostra como um movimento esperado e inexorável de integração, se mantidos os propósitos e ações atuais.

Destaca-se, também, a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, que tem se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados como o Senado Federal, o TCU, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros. A cada ano, observa-se crescente participação de pesquisadores de todo o país, oriundos de estados como Pará, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2017 foi realizada a VIII Jornada de Pesquisa e Extensão, sob o tema “Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública”, que contou com 137 inscritos e 26 trabalhos de pesquisa apresentados, tratando de questões relativas à representação política, presidencialismo de coalizão, gestão pública no Legislativo e controle da corrupção.

Inserção Social

Inserção Social

O Programa acarreta repercussões práticas na área política, na medida em que servidores, muitas vezes na função de assessoria parlamentar, discutem sobre os conhecimentos adquiridos diretamente com os deputados federais, atuando como formadores, ao menos em parte, da opinião do parlamentar. Há, também, o caso de deputados que participam do Programa como alunos especiais das disciplinas do Mestrado, participando dos debates em sala de aula e em eventos acadêmicos, promovendo entre o mundo acadêmico e o mundo político um intercâmbio de experiências que podem se refletir na atividade parlamentar final. Por exemplo, a ideia de alteração do nome do partido PTN para Podemos surgiu a partir de palestra proferida no âmbito do curso de Mestrado sobre partido político espanhol, de mesmo nome, fundado em 2014.

Docentes do Programa têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, notoriamente a Universidade de Brasília, a UFMG e a UFRJ, bem como têm sido convidados docentes de outras Instituições para as bancas de qualificação já realizadas.

Docentes do Programa também têm atuado como parte do corpo de professores de programas do Cefor focados na formação política de estudantes de nível médio ou superior,

bem como de professores da educação básica, dentre os quais destacam-se o Parlamento Jovem, Estágio-Visita, Missão Pedagógica, Estágio Participação, Estágio Cidadão etc.

Interfaces com a Educação Básica

O Cefor coordena o programa "Missão Pedagógica no Parlamento", que consiste em uma formação para educadores que acreditam ser a escola um espaço importante para a formação cidadã democrática e que desejam trabalhar temáticas como cidadania, política, democracia e Poder Legislativo em suas escolas. O programa é destinado a professores regentes, coordenadores e orientadores de escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio, com graduação concluída.

O Cefor coordena, também, os programas "A Escola na Câmara" e "Parlamento Jovem Brasileiro", dirigidos a estudantes do ensino médio. Os programas buscam disseminar conhecimento sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados e propiciar aos jovens a vivência do processo político e democrático. Mais especificamente, a experiência dos Deputados Jovens do "Parlamento Jovem Brasileiro" inclui elaboração de um projeto de lei, seleção estadual e uma Legislatura de cinco dias, em que simulam a jornada parlamentar na Câmara com diplomação, posse e exercício do mandato. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de compreender a dinâmica do Poder Legislativo e compartilhar o aprendizado em suas escolas e estados de origem.

Internacionalização

Além das atividades de internacionalização já descritas nos campos de intercâmbios e histórico e contextualização do programa, importante destacar a estratégia da E-Legis – Revista do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados de publicação de versões trilingües (português, inglês e espanhol), ainda em 2018, incluindo os volumes publicados a partir de 2017.

No ano de 2017, mantiveram-se as ações de inserção internacional por meio de eventos com participação de professores estrangeiros em visita ao Cefor, como palestras, minicursos e debates. Nesse contexto de internacionalização, o público do Programa foi contemplado com palestras proferidas pelo Prof. Dr. Travis Knoll (Duke University, EUA), Prof. Dr. Bryan Pitts (Duke University, EUA) e Prof. Dr. Evert Oskar Vedung (Universidade de Upsala, Suécia).

Ainda na linha de inserção internacional, destaca-se a palestra proferida pela Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes, do quadro de professores permanentes do Mestrado, sobre as "Práticas e interesses de pesquisa sobre Poder Legislativo na Europa e na América Latina". O conteúdo compartilhado com os participantes foi resultado de suas experiências em diversos congressos e eventos internacionais na área. A Profa. Cristiane também representou o Mestrado na Summer School on Parliaments, em Berlim, na Alemanha. Ela apresentou o trabalho "Religion and Politics in the Brazilian Chamber of Deputies: The discussion about Human Rights in Legislative Committees".

Atividades Complementares

O coordenador do curso tem atuado na CAPES, quando solicitado, nas atividades da área, e participado das reuniões dos coordenadores da Área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Destaca-se, também, a participação dos docentes do Programa em grupos de pesquisa interinstitucionais como o do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), composto por uma rede de pesquisadores e universidades, que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais.

Autoavaliação (perspectivas de evolução e tendências)

Informe os pontos fortes do programa

Tendo em vista a inserção do Programa nos diversos segmentos da Câmara dos Deputados, destacam-se como pontos fortes o acesso amplo a dados do processo legislativo, disponíveis nos vários sistemas informatizados da Câmara, e o contato direto com parlamentares, fatores que favorecem a execução de projetos de pesquisa por docentes e discentes. Essa inserção permite a reflexão contínua sobre o “fazer institucional”, o que se reverte em benefícios para a instituição dado o caráter profissional do Mestrado e o fato de que a maioria dos discentes e a totalidade dos docentes são servidores que vivenciam o dia-a-dia do Poder Legislativo.

Dentre os destaques da estrutura disponibilizada aos alunos está a Biblioteca da Câmara dos Deputados, cujo vasto acervo, como já mencionado, é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Poder Legislativo, Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública, áreas de concentração das pesquisas dos discentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

Também o acesso facilitado a canais de comunicação, como a Rádio e a TV Câmara, contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos, como a revista Congresso em Foco. Outro exemplo de como se dá essa convergência de recursos é o trabalho de dissertação de uma discente, recentemente qualificada pelo Programa, cujo conteúdo orientará a produção de documentário a ser veiculado pela TV Câmara.

Por fim, ressalta-se que o Programa tem uma avaliação consistente e ampla, em que são avaliadas todas as disciplinas, bem como aspectos de infraestrutura.

Em quais pontos o programa pode melhorar

Apontam-se como necessidades de melhoria a reestruturação da página do programa na Internet (ação de reestruturação já em curso, com disponibilidade dos TCCs), a oferta de disciplinas em língua estrangeira (inglês e espanhol), a busca por financiamentos externos para o projetos e bolsas de iniciação científica e a regulamentação para a contratação de professor visitante.

Também devem ser ampliadas as parcerias internacionais.

O programa tem, ainda, como objetivo implementar novos formatos de curso para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal de todo o Brasil.

Planejamento Futuro

Como planejamento futuro, ressaltam-se as ações de melhoria mencionadas no tópico Autoavaliação, a saber: reestruturação da página do programa na Internet (ação de reestruturação já em curso, com disponibilidade dos TCCs), a oferta de disciplinas em língua estrangeira (inglês e espanhol), a busca por financiamentos externos para o projetos e bolsas de iniciação científica e a regulamentação para a contratação de professor visitante.

Devem ser ampliadas, também, as parcerias internacionais, em âmbito acadêmico e profissional.

Outras Informações

O Programa mantém um periódico científico, a revista eletrônica E-Legis, atualmente avaliado pela Capes como B2 na área de Ciências Políticas e Relações Internacionais. Em 2017, a E-Legis publicou seu 24º número, atingindo um total de 173 artigos e 116.857 downloads acumulados. Seu objetivo mais imediato é a publicação trilingue ainda em 2018, como estratégia para ser incorporada ao Scielo.